

# No limiar entre a filosofia e a teologia: uma aproximação ao problema da genealogia teológica do poder político em Agamben

*On the threshold between philosophy and theology: an approximation to the problem of theological genealogy of political power in Agamben*

Joel Decothé Junior\*

Recebido em: 07/2015  
Aprovado em: 10/2015

**Resumo:** Neste artigo oferecemos uma aproximação à genealogia teológica da economia e do governo empreendida por Giorgio Agamben em seu livro *O reino e a glória*. O artigo é resultado do trabalho de pesquisa no espaço das atividades do grupo de pesquisa ligado ao CNPq denominado de Ética, biopolítica e alteridade humana, e das atividades da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos e violência, governo e governança. No corpo do texto busca-se trabalhar algumas questões internas a perspectiva da genealogia teológica da economia e do governo agambeniana. Outro aspecto importante trabalhado é o relacionado à função teórica das assinaturas neste tipo de investigação político-teológica. A genealogia teológica da economia trinitária é trabalhada tendo em vista a sua gênese calcada na teologia cristã e posteriormente a sua forte influência no governo teleológico da vida humana e no paradigma da secularização presente entre os modernos. Finalmente fazemos algumas considerações finais sobre a categoria de vida eterna e inoperosidade humana no prisma da filosofia política que vem.  
**Palavras-chave:** Filosofia, Teologia; Aproximação; Genealogia.

**Abstract:** In this article we offer an approach to theological genealogy of economy and government undertaken by Giorgio Agamben in his book *the Kingdom and glory*. The article is the result of research work in space research activities connected

---

\* Possui Bacharelado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (2014, EST), Licenciatura em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014, UNISINOS), Especialização em Teologia: Ministério Eclesiástico pela Escola Superior de Teologia (2015, EST).

Problemata: R. Intern. Fil. v.6, n. 3(2015), p 198-221 ISSN 2236-8612  
doi:HTTP://dx.doi.org/10.7443/problemata.v6i3.25030

to CNPq, Biopolitics and ethics of human alterity, and the activities of the UNESCO Chair of human rights and violence, Government and governance. In the body of the text search to work some domestic issues the prospect of theological economics and genealogy of the agambeniana government. Another important aspect is related to the function worked theoretical signatures in this kind of political-theological research. The genealogy of the trinitarian economy theological is crafted with a view to their genesis based on christian theology and its strong influence in the government of human life and the teleological paradigm of secularization present among modern. Finally we make some final thoughts about the category of eternal life and human inoperosidade in the prism of political philosophy.

**Keywords:** Philosophy, Theology, Approach, Genealogy.

### ***Perspectivas da genealogia teológica da economia e do governo em O reino e a glória***

O texto de Agamben denominado de *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer II*, 2; é a segunda parte do segundo volume da série *Homo sacer*. Conforme a ordem da série, este texto agambeniano localiza-se entre os livros: *Estado de Exceção* e *O que resta de Auschwitz*. Entretanto, *O reino e a glória* não marca apenas a continuidade da série *Homo Sacer*, este texto acrescenta também certas mudanças na estrutura do projeto filosófico empreendido pelo pensador italiano. As mudanças se deram em sua grande maioria no que concerne a questão de método, mesmo que não tenham sido apenas estas as razões responsáveis por levarem Agamben a fazer tal tipo de revisão que reorientou as suas investigações filosófico-políticas. O esforço de reorientação no trabalho filosófico de Agamben se torna compreensível em relação aos textos predecessores, “desde as questões ligadas a metodologia de investigação que o filósofo italiano forjou em sua obra *Signatura Rerum: sobre o método*, que data a sua publicação do ano de 2008” (CASTRO, 2012, p. 103).

Agamben leva em frente as suas investigações na linha da filosofia política ao dar atenção a temas consagrados como, por exemplo, a conexão entre a teologia e a política. “Agamben trata de questões novas em sua reflexão filosófica que coloca a teologia e a filosofia em um tipo de limiar às vezes indiscernível, como é o caso de sua genealogia teológica da economia e do governo na modernidade” (RUIZ, 2013, p. 59). A

metodologia de pesquisa utilizada por Agamben ao longo de sua obra filosófica tem sido habitualmente a da arqueo-genealogia. No ano de 2007 o filósofo empreende uma guinada diferente e acentuadíssima em seu trabalho filosófico ao publicar o livro: “*O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo.*” A partir disto, definitivamente, a teologia e a filosofia tomam corpo no tratamento de problemas políticos no pensamento de Agamben no corpo de seu projeto *Homo Sacer* iniciado no ano de 1995 com a publicação seminal do texto: “*Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*”.

O texto *O reino e glória* que é um dos mais extensos de Agamben, já que o filósofo ítalo tem a característica de publicar textos curtos em termos de numeração de páginas, é traduzido e lançado em português somente no ano de 2011, “a auspiciosa atitude dos editores é uma boa notícia para os estudiosos que se interessam pela pesquisa do fenômeno da secularização e das relações existentes entre a política e a sacralidade presente nas ciências das humanidades de modo geral” (SORDI, 2013a, p 12). Agamben persegue a linha de pensamento dos estudos genealógicos a respeito do poder moderno inaugurado em suas obras fundacionais, tal como é o caso de *Homo Sacer I*. Fato espantoso é o de que o filósofo italiano reorienta o seu olhar analítico para os séculos iniciais da teologia cristã e, empreende uma análise acurada dos problemas teológicos com um olhar filosófico. Esta análise nos mostra que o que aconteceu ao longo dos séculos iniciais do cristianismo foi uma concretização em termos relacionais da tradição de pensamento teológico paulino e da perspectiva teológica patrística. Isto ocorre desde a comunidade messiânica fundada nos moldes helenistas de uma economia e de maneira alguma a partir de um aspecto político, acabando por determinar uma variedade de metamorfoses conceituais essenciais no conceito de governo e gestão da vida humana e das coisas.

As transmutações ocorridas ao longo dos primeiros séculos de teologia cristã, de certa forma, foram às responsáveis pela presença de um substrato teológico implícito no paradigma do poder presente no período moderno. Isto aconteceu no sentido de estabelecer a gestão de coisas e pessoas, isto é, na instauração do paradigma da governamentalidade. Este conceito advém das reflexões foucaultianas e, cabe o destaque curioso que é o de que segundo Agamben, a sua investigação genealógica está dando continuidade às investigações do

falecido filósofo francês. Na perspectiva de Agamben, suas investigações objetivam dar atenção às formas e razões pelas quais o poder foi ganhando espaço no mundo ocidental pelo viés de uma feição “*oikonomica*”, isto é, “o poder age no sentido de imprimir uma intensa dinâmica de administração biopolítica de governo da vida humana” (AGAMBEN, 2011, p. 9). Agamben busca compreender tal fenômeno escavando genealógicamente aquelas razões que são subterrâneas e estão presentes nas pesquisas de Foucault e se indaga pelo porque de as suas pesquisas não terem sido levadas em frente enquanto o filósofo francês era vivo. A questão que Agamben persegue epistemologicamente em seu projeto *Homo Sacer* é aquela que articula as configurações genéticas que giram em torno do significado e da natureza operativa do poder no Ocidente. Agora com esta investigação que põe em interconexão questões filosóficas e teológicas, o problema do poder para Agamben chega num momento de desenlace decisivo.

A investigação agambeniana ultrapassa as fronteiras históricas delimitadas pela genealogia empreendida por Foucault, pois o nosso filósofo com a sua genealogia retorna até os recônditos séculos iniciais da teologia construída pelo cristianismo primitivo, espaço onde foi erigida a formulação substancial da doutrina da trindade como uma espécie de configuração *deοικονομία*<sup>1</sup>. Localizar o governo em seu lugar teológico na gestão da *οικονομία* trinitária não quer dizer que o esforço empreendido seja o de explicar este fenômeno por meio de uma subordinação das causas, como se fosse domínio pleno da teologia a gênese desta questão. Para Agamben, as coisas se dão de forma oposta, a intenção é a de elucidar de que forma o dispositivo da *οικονομία* trinitária serve como um tubo de ensaios singular para o estudo do funcionamento operacional interno e externo da máquina governamental. “Esta situação faz referência à realidade de que neste funcionamento os instrumentos ou polaridades no qual se movimenta a máquina surgem de certa maneira como uma questão paradigmática” (AGAMBEN, 2011, p. 9-10). Seguindo a linha de pensamento agambeniana, somos levados a reconhecer a solidez de sua investigação genealógica do poder no mundo ocidental, pois a intencionalidade que esta linha de pesquisa tem com a sua partida há mais de dez anos com a inauguração dos trabalhos investigativos do projeto denominado de *Homo sacer*, faz uma provocação pautada nos elementos que corroboram a noção de

que é impossível descartar as influências teológicas na constituição política e cultural do sujeito no Ocidente. A sua obra *O reino e a glória* inaugura um momento decisivo destas investigações sobre a genealogia do poder que faz a gestão da vida humana em termos meramente biopolíticos. De modo que o autor indica que o poder da máquina governamental esta presente em sua base funcional dualística, esta situação é problemática e podemos ter certa clareza dela ao acompanharmos Agamben naquilo que se explicitou tecnicamente numa pertinente interface com o direito que consta em sua obra *Estado de exceção* datado do ano de 2004. Nesta reflexão Agamben nos mostra a estreiteza da mútua relação entre “*auctoritas*” e “*potestas*” e, neste sentido argumenta Agamben:

O elemento normativo necessita do elemento antinômico para poder ser aplicado, mas, por outro lado, a *auctoritas* só pode se afirmar numa relação de validade ou suspensão da *potestas*. Enquanto resulta da dialética entre esses dois elementos em certa medida antagônicos, mas funcionalmente ligados, a antiga morada do direito frágil e, em sua tensão para manter a própria ordem, já está sempre num processo de ruína e decomposição. O estado de exceção é o dispositivo que deve, em última instância, articular e manter juntos os dois aspectos da máquina jurídico-política, instituindo um limiar de indecidibilidade entre anomia e *nomos*, entre vida e direito, entre *auctoritas* e *potestas*. Ele se baseia na ficção essencial pela qual a anomia – sob forma da *auctoritas*, da lei viva ou da força de lei – ainda está em relação com a ordem jurídica e o poder de suspender a norma está em contato direto com a vida. (AGAMBEN, 2004, p.130)

Nesta nova fase de seu projeto *Homo Sacer* o filósofo ítalo, constrói uma nova feição para a problemática do governo da vida, ou seja, a dinâmica dualística entre reino e governo vem à tona. O que Agamben faz é indagar sobre o sentido desta relação que não recebeu a devida atenção na fundação de sua pesquisa. Agora o seu olhar é lançado em direção da relação entre a *οικονομία* a glória, isto é, o poder como governo e gestão eficiente da vida e o poder como realeza ritualística e cultural. Estes são os dois elementos que intrigantemente foram deixados de lado, isto é, do ponto de vista dos filósofos políticos ou da perspectiva dos cientistas políticos e até mesmo dos

teólogos, todos não se ocuparam com tal problemática devidamente, algo que para Agamben significa uma espécie de silêncio.

Algo que podemos localizar no texto de Agamben são duas vias investigativas que de certa forma se mantêm independentes e ainda assim permanecem complementares, ou seja, a primeira linha é a da investigação ligada ao reino. “Esta linha de pesquisa marca o resultado de um amplo projeto empreendido pelo jurista germânico Carl Schmitt condensado em sua obra *Teologia Política* que foi publicada no ano de 1922” (OLIVERIA, 2013, p 25-27). Esta obra pertinentemente sintetiza de uma forma pormenorizada e relacional as categorias políticas da modernidade com as grandezas conceituais da teologia política. A busca aqui é a de examinar aqueles distintos conceitos que contribuem para a construção da atual doutrina do Estado e os vestígios basilares e inconfundíveis de suas bases teológicas. A segunda linha investigativa é a que concerne a glória. “Esta perspectiva segue na direção de uma apreciação da edificação daquela tradição intelectual referente a uma concepção de consenso no Estado moderno” (SORDI, 2013b, p.247). Agamben denomina este contexto de uma história das maneiras de sacralidade e aclamação presentes na sociedade do espetáculo democrático.

Para além destas questões, *O reino e a glória* expõe uma acentuada crítica arqueo-genealógica em relação ao poder moderno. E esta é colocada com exímia precisão investigativa e profunda prolixidade, pois é repleta de detalhes analíticos forjados por seu autor nesta obra prima que preza pelo resgate etimológico de uma série de palavras que integram a sua trama. Agamben é um filósofo versátil e se movimenta com muita perspicácia e autoridade nas mais variadas áreas de conhecimento e linhas de pensamento diferenciadas. *O reino e a glória* constitui-se como um texto de extrema qualidade para quem quer realizar pesquisas inovadoras no campo genealógico. Em sua pesquisa sobre a genealogia teológica da economia e do governo, Agamben refaz a forma pela qual a concepção de *οικονομία* se deslocou em seu significado paradigmático presente no pensamento filosófico grego, no sentido de ser a ciência da administração doméstica, para uma compreensão teológica aguda da economia no sentido de ser o governo ou administração divina do mundo em termos de um providencialismo de gestão da criação. Tudo isto acontece desde

o horizonte da realização de um plano soteriológico e escatológico de salvação do mundo.

Agamben transita por textos e autores clássicos da teologia cristã antiga, tais como Hipólito, Tertuliano e Gregório Nazianzeno. A partir destas bases teóricas, Agamben apreende muito bem a forma como a ideia de uma *οικονομία* acabou lentamente sendo conjugada com o conceito de providência. Nesta perspectiva podemos ver como foi que o governo do mundo real passou a ter uma referência modelar conforme a qual Deus governa todas as coisas de maneira irresistível, entretanto, “isto acontece com suavidade, sutileza e sem nenhuma violência” (AGAMBEN, 2011, p. 157). Isto é, ergue-se um padrão no qual o soberano faz a gestão envolta em um tom de solidariedade sagaz e tênue diante da livre escolha das criaturas, de maneira que ele governa as mesmas de modo que estas chegam ao ponto de elas pensarem que estão se autoadministrando.

Agamben leva em frente a sua investigação genealógica no texto *O reino e a glória*, tendo como arcano nuclear a pesquisa realizada em torno da formação dos conceitos de governo e *οικονομία* na maneira como estes foram sendo construídos desde a sua gênese advinda da teologia antiga e, daquelas possíveis ligações com as conjecturas políticas e econômicas presentes na idade moderna. Logo, a questão norteadora que consta em *O reino e a glória* acaba sendo expressa pela paradigmática problematização introduzida por Agamben que leva em conta o porquê de o exercício do poder ter tomado um certo formato administrativo ou de uma *οικονομία* que ao longo do decurso do tempo histórico na formação do cenário político ocidental, acabou se empoderando nos espaços que receberam este legado em um formato de governo e de *οικονομία* que necessita da aclamação da glória midiática. Em razão disto, temos condições de ponderar sobre os motivos de o poder ter se constituído como o detentor soberano de força e capacidade de tomada de decisões que atingem muitas vidas em termos biopolíticos. E aqui pensamos naquilo que tange os cálculos de políticas estatais vigentes entre os modernos sobre a questão de fazer viver e deixar morrer concernente a própria capacidade de produção que a vida possa oferecer e ainda em relação a todas as coisas que estão a sua volta como é o caso da própria natureza. Sendo assim, nos

questionamos: “*porque o poder necessita da glória?*” (RUIZ, 2014, p. 189).

### ***As assinaturas no pensamento de Agamben***

Na obra *O reino e a glória* podemos perceber que existencialmente um esforço do pensamento agambeniano de compreensão da situação genética do Estado moderno. Aqui entra em jogo a questão da secularização que age no sistema conceitual de poder moderno como uma espécie de assinatura que conduz a questão da teologia. Aquilo que entra em jogo comurgência é a necessidade de erguimento com a sua devida fundamentação, é a articulação e a exposição de uma arqueogenealogia que não vá atrás apenas de conceitos, mas que, porém, faça um movimento investigativo de busca por assinaturas que transmutem e transladem os conceitos e os signos de um espaço epistemológico para o outro quando pensamos na base investigativa de Agamben que é o limiar entre a filosofia e teologia. Neste sentido, ocorre o movimento conceitual do profano para o sagrado e isto às avessas também acontece, mas sem a pretensão de dar-lhes uma nova redefinição semântica. Ou seja, como já frisamos acima, Agamben segue criticamente a linha de pensamento schmittiana, pois esta pensa que a teologia ainda mantém a sua presença e relevância ativa no seio do Estado moderno. Isto que dizer que é plausível inferir que há um liame coerente entre a identidade e a significatividade das categorias conceituais da teologia com os conceitos políticos. “Logo, a conclusão é a de que os conceitos políticos preservam uma reservagenética em seu teor de elementos referentes ao campo da teologia” (RIGO; JUNGES, 2012, p. 1155-1156).

Um bom caminho para a compreensão dos problemas presente no texto *O reino e a glória* em relação às obras anteriores de Agamben que versam sobre problemas ligados a arte e literatura e a sua tomada de posição política, seria o de estudarmos algo desta natureza no relevo da questão ligada às assinaturas, algo que Agamben trabalha em sua obra sobre o método que citamos acima. A respeito do conceito de assinatura presente em *O reino e a glória*, a sua importância está naquela ligação que se dá frontalmente entre esta categoria com a noção de secularização. Este problema foi tematizado ao longo da



década de 1960 num intenso debate na Alemanha entre os pensadores Karl Löwith, Carl Schmitt e Hans Blumenberg. Agamben pondera a este respeito e assinala:

A discussão estava viciada pelo fato de que nenhum dos participantes parecia ignorar o fato de que a noção de secularização não era um conceito, o que estava em questão era a identidade estrutural (Schmitt 19) entre conceituação teológica e conceituação política (esta foi à tese de Schmitt) ou descontinuidade entre a teologia e a modernidade (era contra Löwith, a tese de Blumenberg), mas um operador estratégico cristão, que marcou os conceitos políticos para encaminhá-los para a sua origem teológica. A secularização age assim no sistema conceitual da modernidade como uma assinatura, que se refere à teologia (AGAMBEN, 2010a, p. 102)<sup>2</sup>.

Em razão disto, Agamben postula a noção de que a secularização age na malha conceitual da modernidade como uma espécie de assinatura que se remete à teologia. Agamben nos oferece o exemplo do direito canônico, que previa o seguinte: aquele sacerdote em situação secularizada tinha que carregar consigo um signo daquela ordem a qual ele fazia parte. Desta forma o conceito de secularização demonstra a sua assinatura em seu ato de traslado para a área da teologia. A maneira como se é compreendida a alusão obrada pela assinatura teológica se torna sempre crucial. “Neste sentido, podemos compreender a secularização como um subsídio singular da fé cristã, que de forma inédita escancara para o ser humano o universo em sua mundanidade e na qualidade daquilo que é histórico”(AGAMBEN, 2011, p. 16). A assinatura teológica age nesta ocasião como uma espécie de ilusão de ótica. É nesta perspectiva que a secularização empreendida no mundo moderno setransforma num sinal importante que provém da realidade teológica referente à operatividade da *οικονομία* divina em seu governo teleológico da vida.

Logo, para Agamben, uma assinatura se constitui como algo que em determinado conceito ou signo, imprima um tipo de marca que exceda os conceitos e signos no intuito de levá-los a certa situação suscetível a uma operação hermenêutica ou a determinado espaço não se retirando, porém, do espaço semiótico para construir um conceito inédito ou até um novo significado a respeito de questões referentes à categoria de vida.

Então, a ciência das assinaturas conforme a reflexão agambeniana, se desloca ao lado da história das ideias. Contudo, a assinatura não pode ser confundida com a historiografia do pensamento das épocas. As assinaturas não se constituem como um tipo de movimento de registro dos mais variados e diferentes significados assumidos por certa terminologia no decorrer de sua história intelectual. A proposição agambeniana da existência de assinaturas explicita a intenção de explorar arqueogenealogicamente seus estratos de sentido até então obnubilados, de forma que a tarefa das assinaturas seria a de reerguimento daquela jornada que envolveu a sua transferência na condição de conceito, calcada em uma plataforma de movimentação de um campo semântico para outro. Podemos até inferir que neste caso da genealogia agambeniana o traslado acontece desde os pressupostos da teologia para as implicações e problemas da filosofia política de uma forma bem precisa.

### ***Genealogia teológica da economia trinitária***

A concepção de *οικονομία* emerge do ambiente atrelado à teologia cristã primitiva por meio de seus teólogos numa perspectiva de uso totalmente estratégica, ligada aos obstáculos erigidos dentro de um espaço social que estava em fase de transição, momento em que a identidade histórico-criacionista da teologia hebraica bate de frente com o naturalismo logicista e filosófico do mundo greco-romano. O cristianismo primitivo transporta do mundo judaico a noção de que Deus teria uma liberdade plena e incondicional. Sabemos que a teologia judia desde os relatos veterotestamentários se constitui em sua base como religião monoteísta. “A teologia judaica não é apenas uma oposição ao politeísmo, ela é e envolve o coração e ao mesmo tempo a inteligência e a volição. Esta concepção é deveras muito esquisita para o pensamento dos filósofos gregos antigos” (WOLFF, 1983, p. 80-81). Tomemos como exemplo a reflexão presente no livro  $\Lambda$  da metafísica aristotélica. Na concepção de Aristóteles aparece uma tácita noção da existência de um sempiterno, perfeito e bom Deus (Met.,  $\Lambda$ , 1072b). Reale nos explica argumentando que esta percepção aristotélica seria um dos eixos centrais da Metafísica do filósofo peripatético:

Deus é vida. – Note-se: Deus tem vida em sentido forte, no sentido de que é por essência vida (*καὶ ζωὴδέγε ὑπάρχει*): a sua vida eterna é a sua própria atividade de pensamento. Ser, Pensamento de pensamento e Vida suprema em Deus (no Princípio primeiro e supremo) coincidem (REALE, 2005, p. 623).

Outra posição interessante é a de que Aristóteles assume uma atitude contrária à noção daqueles que defendem a existência de múltiplos preceitos regentes da realidade (Met., Λ, 1076a), e lança a perspectiva de que na realidade existe um governo monárquico do cosmos, em outras palavras, ocorre à regência monista do poder supremo da substância em relação a totalidade da realidade universal. Nesta linha de raciocínio escreve Aristóteles:

Os que sustentam que o princípio é o número matemático e afirmam que há uma sucessão de substâncias sem fim, e que para cada substância existem diversos princípios, reduzem a realidade do universo a uma série de episódios (de fato, a existência ou não de uma substância não tem a menor importância para a outra), e admitem muitos princípios; mas as coisas não querem ser mal governadas: “o governo de muitos não é bom, um só seja o governante”. (ARISTÓTELES, 2005, p. 585).

O deus aristotélico pode até emitir uma impressão de soberania governamental plenária. “Mas, segundo propõe Agamben, a teologia construída no livro Λ da Metafísica de Aristóteles não isenta deus de atuar segundo certa necessidade” (AGAMBEN, 2011, p. 67). Na perspectiva do estagirita, o princípio primordial tem de existir devido a força da necessidade (Met., Λ, 1072b). Na cosmologia grega o universo só existe em razão da necessidade natural de sua existência, desta forma é deus quem estabelece o universo por causa da necessidade de sua natureza pessoal e na sua condição de ser ato puro e simultaneamente o primeiro princípio e, não apenas pelo fato de ter exercitado a sua vontade livre. Vejamos como escreve Agamben a este respeito:

Vejamos a teologia que Aristóteles desenvolveu no final do livro L da Metafísica. Distinguir, no deus que é aqui descrito, ser e práxis seria simplesmente impensável. Se o Deus aristotélico move, como motor imóvel, as esferas celestes, é porque essa é a sua natureza e não há

necessidade alguma de supor uma vontade especial ou uma atividade particular voltada para o cuidado de si e do mundo. O cosmo clássico – seu “destino” – repousa na perfeita unidade entre ser e práxis (AGAMBEN, 2011, p. 67).

No pensamento aristotélico, deus existe em razão da necessidade de sua existência e ainda por causa da necessidade de sua ação no cosmos. Para este pensador grego e sua visão teológica o ser e a práxis divina não são pensados em momento algum de forma separada, pelo contrário, elas se realizam simultaneamente. Nesta perspectiva, temos a noção instaurada de que o universo abrange uma visão holística que engloba ontologia e práxis do mundo dentro da mentalidade grega antiga. Agamben esclarece argumentado que esta noção grega não coloca em tão alto grau a volição divina, porém, leva em conta a sua natureza pessoal que é indiferente e implacável, pois esta era responsável por tudo àquilo que está ligado a todo o bem e a todo o mal, ou seja, “tal natureza estava vedada a qualquer tipo de prece e não oferecia qualquer tipo de ato de misericórdia”(AGAMBEN, 2011, p. 68). Esta seria a base ontológica da realidade cosmocêntrica da Grécia antiga.

Na reflexão teológica hebraica encontramos um contraponto. Em hipótese alguma Deus é encarado como aquele que atua em razão da necessidade. O mundo é criado a partir do nada, tudo depende da vontade criacional e incondicional de Deus, vontade esta considerada por Alberto Magno dentro da tradição cristã: “como vontade libérrima e que não está condicionada a nenhum tipo de ação divina peremptoriamente necessária” (LÚLIO, 2001, p. 92). A realização da união destas duas escolas de pensamento é deveras complexa. Para Agamben a discussão é a de que o grande problema que gerou o choque entre a concepção de mundo dos antigos gregos e a concepção de mundo do cristianismo nascente foi exatamente aquela aporia que envolva categoria de criação. Nesta linha de pensamento, Agamben chama a atenção para a questão de que Agostinho empreende um esforço teórico que tenta resolver o problema do porque Deus ter criado o céu e a terra, argumentando que a ideia forte e válida neste caso, seria a da emissão de um comando por meio da linguagem. Logo, a resposta final para esta aporia é a de que Deus fez o universo porque assim ele quis. Outro exemplo trazido por Agamben é o de que em séculos posteriores no momento em que a escolástica

vivia os seus melhores dias, a infundabilidade da criação na ontologia é defendida pelo aquinate, ou seja, “Tomás faz a apologia da ideia de que Deus age por necessidade, porém, com a sua vontade totalmente livre”(AGAMBEN, 2011, p. 70-71).

O locus dogmático da trindade dificultava profundamente a questão. Os que defendiam esta categoria trinitária teriam que levantar ótimos argumentos em oposição à hipótese de que a multiplicação de pessoas em Deus seria um retorno ao antigo politeísmo. Segundo Agamben, o paradigma da *οικονομία* emerge como proposta de resolução destes problemas. Os teólogos da patrística Irineu, Hipólito e Tertuliano têm uma visão de que Deus em sua essencialidade se constitui como aquele que é totalmente uno. Porém, num contraponto a esta visão, no que diz respeito a sua ação na imanência deste universo, ou seja, a sua práxis e o governo da vida e sua criação acontece por meio de sua *οικονομία*. Este é o paradigma da gestão erigido pelo próprio Deus que é sempre uno etrino em administração.

Todavia, na busca por manter a identidade da vontade e não da determinação no que tange a criação de Deus, os dois campos ser e práxis divina recebem a consideração da parte destes teólogos patrísticos em termos de âmbitos de igualdade anárquica. Isto significa que eles dão conta de demandas diferentes da realidade que exigem posturas completamente distintas diante da mesma. Por um determinado viés ergue-se uma argumentação especificamente de ordem ontológica que considera relevante o ser divino. Noutro viés, “a argumentação segue na linha peculiar da *οικονομία* que diz respeito à ação de Deus e as formas pelas quais esta entidade divina faz a gestão do mundo e o mistério da soteriologia” (AGAMBEN, 2011, p. 75-76). Agamben realiza um destaque muito importante ao frisar que tal diferenciação se aprofunda, desde a reflexão teológica dos padres capadóciolos de forma bem especial com a figura do teólogo Gregório Nazianzeno que é um defensor desta distinção de paradigmas e que acentua a sua atenção na questão da *οικονομία*.

Por meio de sua livre volição e soberana decisão, Deus realiza a gênese do universo. Nesta perspectiva, a reflexão agambeniana considera a práxis divina como um ato anárquico, ou seja, este não tem a sua fundamentação atrelada na via da ontologia. Desta forma, o que fica em evidência a respeito de Deus é a demonstração de que não basta apenas reconhecer que

ele é muito complexo, e por isso não é suficiente apenas saber aquilo que ele é, o mais importante é saber como se constituiu a sua *οικονομία* ou como se deu a sua ação governamental do mundo, nesta direção argumenta Agamben:

É tal unidade que a doutrina da *οικονομία* põe radicalmente em questão. A economia através da qual Deus governa o mundo é, de fato, totalmente distinta de seu ser, e deste não é deduzível. É possível analisar sob o plano ontológico a noção de Deus, enumerar seus atributos ou negar, um a um, como a teologia apofática, todos os seus predicados para chegar a ideia de um ser puro, cuja essência coincide com a existência; mas isso não dirá rigorosamente nada a respeito de sua relação com o mundo nem como decidiu governar o curso da história humana. Assim como muitos séculos depois Pascal constatará com lucidez acerca do governo profano, a economia não tem fundamento algum na ontologia, e o único modo de fundamentá-la consiste em esconder sua origem. Por esse motivo, tão e mais misteriosa que a natureza de Deus é agora sua livre decisão de governo do mundo; o verdadeiro mistério, que “estava escondido há séculos em Deus” e que foi revelado aos homens em Cristo, não é o do seu ser, mas o de sua práxis salvífica: “o mistério da *οικονομία*”, justamente, segundo a decisiva inversão estratégica do sintagma paulino. O mistério que, a partir desse momento, suscitará permanentemente a maravilha e o rigor crítico dos teólogos e dos filósofos não é de natureza ontológica, mas prática (AGAMBEN, 2011, p. 68).

No pensamento de Agamben os resultados desta fissura entre ser a práxis se constitui como algo fundamentalmente relevante para a reflexão do poder no Ocidente. Porque, se a concepção de livre volição, que por muitos séculos foi deixada de lado no ambiente do pensamento antigo. Agora tem a potência de ser um elemento conceitual fucral no exame daquilo que tange a ética e a ontologia ligadas à modernidade. A razão desta postulação tem o seu estofo garantido na sua inicial e fatal estruturação constitutiva no seio da teologia cristã e que advém do pensamento teológico hebreu. Consoante a esta tese a descrição da noção de que o cristianismo tem a intenção de se dirigir ao ser humano, desejando atenuar a sua miséria e indicar a esta espécie qual seria a solução para tal situação. Neste sentido a argumentação medievalista aponta para o caráter

soteriológico da doutrina cristã que assim se ergue como religião. “No caso da filosofia esta seria uma espécie de epistemologia que tem a intencionalidade de atingir a inteligência humana lhe dizendo o que as coisas são”. (GILSON, 2007, p. XVI).

Logo, a religião interpela o ser humano para lhe dizer algo a respeito de seu destino, isto é, seja para que o mesmo se curve a este, como era a realidade da religião na Grécia antiga ou do jeito que veio a fazer a perspectiva da religião cristã. Em razão disto, é por causa da influência que advêm da religião que as filosofias gregas se constituem como filosofias da necessidade. De modo que a junção entre as filosofias gregas com os mais diversos matizes teológicos do cristianismo que por fim recebeu forte influência da parte de um cristianismo mais ortodoxo, resultou na pauta fundamentalmente elevada da categoria de liberdade que põe em destaque a religião cristã em sua influência para os séculos posteriores. Enfim, os padres ligados ao cristianismo primitivo rodearam o problema da criação e foram adiante buscando enfrentar novos problemas que lhes provocaram o desejo de realizar a aproximação entre o ambiente de pensamento greco-romano e o pensamento judaico-cristão, pois para eles a categoria de *οικονομία* se apresentava como algo repleto de oportunidades que ainda não tinham sido vistas e exploradas.

### ***O governo teleológico da vida humana e o paradigma da secularização***

A base genética da economia moderna é subsidiada pela *οικονομία* teológica. Pois, nestas duas vertentes é que acontecem os desdobramentos de saberes e metodologias que capturam e fazem a gestão biopolítica da vida humana na contemporaneidade. A *οικονομία* grega era a práxis da gestão hierárquica da vida doméstica daqueles que eram membros da *αμφοίκος* ou casa grande grega. E, como passou depois a ser conhecida da *domus* romana. Aristóteles tece uma distinção no que tange a arte de fazer a gestão e administração da casa e a habilidade do exercício da condição política do cidadão na cidade-estado, ou seja, da *πόλις*. No caso da *οικονομία* não existe uma decisão totalmente livre das pessoas, mas apenas a gestão administrativa, engenhosa e hábil das volições pessoais. Na

praça pública ou mercado, ou seja, na *αγορά* das cidades gregas a necessidade da existência de liberdade de decisão dos cidadãos, desemboca conseqüentemente na capacidade destes sujeitos forjarem o futuro rumo que a coletividade deveria tomar.

Os gregos deram corpo a um modelo de fazer política que oferecia uma distinção clara em relação à *οικονομία* no seguinte aspecto polêmico: na cidade eram as pessoas cidadãs que definiam com liberdade o seu futuro em termos políticos, já na casa as pessoas eram governadas por um tipo de gestão pautada na inteligência. Dentro da casa vigora a premissa da disparidade entre os seus membros, mas na cidade o que regia as relações era a igualdade política entre as pessoas cidadãs. Durante aproximadamente quatro séculos *οικονομία* sofreu com o advento da teologia cristã uma série de mutações e “acabou recebendo um renovado sentido no deslocamento que aconteceu com o passar dos milênios para se tornar em uma configuração *δεοικονομία* teológica”. (SCISLESKI, 2012, p. 224-226). Mesmo que este novo significado teológico comportasse uma multiplicidade de sentidos, a *οικονομία* teológica preservou a sua base genética de se constituir como o ato de administração da vida. Entretanto, entrava em jogo questões inéditas que problematizavam as questões da liberdade humana e do desígnio divino.

Nestas questões encontram-se presentes a grande maioria dos problemas ligados à gênese da economia dos modernos. Para Agamben *οικονομία* teológica se levantou como uma das questões nodais, pois aqui se erigiu a discussão a respeito da harmonização do plano salvífico de Deus em relação ao mundo e a questão a respeito da livre volição do ser humano e a sua condição de ser naturalmente livre. No caso da economia moderna o problema aparece novamente. Isto quer dizer que a inquirição do como se deve governar a população preservando a base de seus desejos é o dado fundamental desta prematura área de saber, isto é, a área da economia política. Esta empreitada econômica e política conserva como referência o paradigma teórico da teologia econômica e o que ocorreu como mutação importante foi o fato de que o Estado mercantilista entrou no lugar que antes Deus ocupava soberanamente.

A problemática da *οικονομία* teológica que refletia a respeito de como Deus pode governar o mundo preservando a liberdade dos sujeitos, translada-se terminantemente para o



âmbito da economia política. E a pergunta agora era a de como realizar a gestão da vida das pessoas desde a sua natureza. Isto é, como administrar as aspirações das pessoas, as vontades sociais, os temores, os sofrimentos, os prazeres, as esperanças e os desejos inerentes as nascentes populações nacionais de então. Realizar a gestão governamental para a economia política da época moderna seria a complexa tarefa de administrar a liberdade das pessoas. “Isto quer demonstrar que a demanda era a de ter a habilidade necessária para gerir a vontade alheia e conduzir as mesmas a alvos que desde sempre já estivessem prolépticamente determinados”.(AGAMBEN, 2011, p. 157-159). Esta seria a perspicaz tarefa de administração empreendida pela economia política moderna.

A economia se constitui como o governo biopolítico da vida. Agamben em sua obra *Homo Sacer I*, resgatou o discernimento do conceito de vida que os gregos tinham. Duas eram as concepções de vida, a saber, a vida no sentido meramente físico ou como *ζωή* e a vida no sentido de ser uma propriedade preciosa ou como *βίος*. Para os gregos a vida biológica como mera vida seria um fator em comum que todos os seres vivos possuíam. Nestes seres vivos a *ζωή* define a sua maneira biológica de ser particularmente dentro de sua espécie e das espécies em geral. A *ζωή* está condicionada a ordem física imanente à natureza e a volição humana tem poucas condições de modificar isto, ela apenas pode se adequar a esta ordem física natural. Em contraponto a *ζωή* temos a *βίος* que é a vida que poder ser forjada sem as amarras da mera vida natural contingenciada pela natureza.

A *βίος* é a autêntica vida humana que se distingue da vida meramente animal, ou seja, da vida natural que é a *ζωή*. A *βίος* é a vida imersa nos valores, nos modos de subjetivação, nas relações, nas individualidades, nos estabelecimentos públicos e na sociedade humana em geral. A vida como *βίος* é a vida que é considerada como propriedade preciosa, ou seja, a *βίος* se constitui como a vida que é erguida com base fincada na ética e na política. A *βίος* é a vida humana por excelência, pois apenas ela tem condições de forjar a sua história pessoal que está para além da mera vida, ou seja, da *ζωή* que fica sempre presa às limitações apresentadas pela natureza. Muito importante é frisar que a *ζωή* era a forma-de-vida natural administrada na grande casa grega, de modo que a *βίος* se colocava como a vida humana tecida no ambiente da cidade-estado grega. A *ζωή* estava

arraigada à ideia de obediência e subordinação aos vários graus de poderes. E isto era marcado pela subserviência as leis naturais e ao chefe de família na vida doméstica. No caso da *βίος* coisas funcionavam bem diferentes, pois esta modalidade de vida era exercida pelas pessoas cidadãos e livres na cidade-estado grega em pleno mercado público. “Esta representava a vida livre que os cidadãos gregos possuíam e com ela ainda tinham a oportunidade e o direito de obrar o seu destino no espaço social da cidade”. (AGAMBEN, 2010b, p. 176-183).

A reflexão agambeniana sublinha que a peça fundamental da economia teológica é de igual modo à vida humana qualificada. Entretanto, a terminologia usada para a vida na perspectiva da economia teológica não aparece nem como *ζωή* e muito menos como *βίος*, entretanto, emerge como vida eterna ou *ζωή αιώνιος*. O emprego do termo *ζωή αιώνιος* como peça final da economia teológica não tem nada de ingênuo. A *ζωή αιώνιος* tem a sua ligação com a vida inoperosa, vida messiânica e com a categoria de potência de não. Estas denotações estão presentes nas reflexões genealógicas que estabelecem uma interface entre a teologia e a filosofia na reflexão daquilo que Agamben denomina de a política que vem e a forma-de-vida, algo que não vamos desenvolver neste texto com a devida atenção, mas que tem relação com a proposta ética na filosofia agambeniana. “Mas, para o nosso filósofo a identificação da *ζωή αιώνιος* é a de que esta vida está aí com a finalidade de ser governada pela vontade de Deus”. (CASTRO, 2010, p. 98-99). Entretanto, aqui reside uma questão importante, pois o paradigma que aparece neste caso é o da hierarquia presente na grande casa grega em oposição ao paradigma da igualdade política que estava vigente na cidade-estado grega antiga. Tais problemas irão atravessar a concepção de igualdade forjada pelo cristianismo e aprofundada na modernidade com a noção de direitos do cidadão e contrato social.

Com o advento do Estado moderno a vida social passou a ser governada pela sociedade civil em um processo de pluralização que imprimia a gestão da vida humana e da cultura “baseada na perspectiva secularizada da realidade que dispensa o auxílio da Igreja e de qualquer tipo de fator supranatural”. (PASSOS, 2010, p. 116-118). Agamben reflete sobre esta questão pontuando que o dispositivo biopolítico ocidental deseja capturar por meio de seu aparelho administrativo não mais a mera vida a *ζωή* que é a forma-de-vida secularizada da vida

sagrada. Agora o alvo é o de capturar e governar a *ζωή αιώνιος*, ou seja, a vida messianicamente perene e potencialmente inoperosa. O filósofo italiano identifica este conceito ao estudar atentamente: “o conceito teológico da glória ao longo de sua genealogia e de uma forma fundamental a reflexão que expõe pormenorizadamente no capítulo número oito que é o central de seu texto *O reino e a glória*”. (AGAMBEN, 2011, p. 11). Aqui está presente a distinção dos paradigmas tão caros a investigação agambeniana, o primeiro aspecto distintivo está ligado ao paradigma da teologia política desenvolvido em *Homo Sacer I*, já o segundo paradigma é o da teologia econômica que é desdobrado em sua arqueo-genealogia teológica da economia e do governo.

Agamben parte de uma questão complexa que envolve o imbróglio daquilo que é ligado ao aparato jurídico, para analisar o dispositivo da soberania e da governamentalidade que desejam continuamente encarcerar em sua máquina antropológica de governo a mera vida, isto é, a *ζωή* da vida com potência de não que é a *ζωή αιώνιος*. Agamben demonstra que a secularização não é um conceito estritamente ligado ao ambiente jurídico, mas que este conceito tem a sua correlação garantida com o substrato teológico de nossa concepção de vida e poder no mundo atual, algo que ele trata em sua linguagem filosófica como profanação. Profanar aqui significa reabilitar a utilização comum dos humanos àquilo que outrora era dedicado ao campo exclusivo do sagrado. Escreve o filósofo:

É preciso, nesse sentido, fazer uma distinção entre secularização e profanação. A secularização é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro. Assim, a secularização política de conceitos teológicos (a transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder. (AGAMBEN, 2007, p. 68).

A análise genealógica agambeniana delega extrema importância à questão da vida humana que está fadada a existir em sua contingência e imanência histórica. Neste sentido a *ζωή αιώνιος* ou vida eterna aparece como espaço central e inoperoso da humanidade. O trabalho genealógico da economia e do governo proposto por Agamben em sua reflexão filosófica, também quer nos mostrar que há uma importante diferenciação

empreendida por Aristóteles entre a vida baseada na teoria ou como *βίος θεωρέω* e a vida baseada no corpo político *αβίος πολιτεία*. Esta perspectiva viabilizou a implantação no mundo ocidental dos dispositivos da *οικονομία* da glória e simultaneamente permitiu que tanto a política quanto a filosofia se extraviassem do seu caminho.

A real essência da política na sociedade ocidental, no escopo da reflexão filosófica agambeniana é a inoperosidade que tem a força de desarmar a práxis aprisionadora da linguagem e dos corpos, sejam eles materiais ou não materiais. Delegando assim ao ser vivente não uma obra indelevelmente inacabada e conseqüentemente com a carência de obras a ser realizadas no campo da imanência. Desde esta noção, podemos visualizar que a máquina governamental da política ocidental deseja capturar com os tentáculos de seu aparato maquinal, não mais a simples e mera condição física e natural da vida, porém este aparelho governamental quer aprisionar a vida em todas as suas potencialidades criativas, ou seja, aquela espécie de inoperosidade fundamental residente na vida humana. “Argumenta Agamben que a categoria de inoperosidade incita o corpo humano em sua potencialidade de não a ser um corpo marcado pela festividade gloriosa”. (AGAMBEN, 2014, p. 159-162). Por fim, denotamos que a força da inoperosidade não está anulada: a inoperosidade encontra-se, portanto, com a própria folia, com o ato de festejar, isto é, com a práxis de consumir, de desativar e tornar inoperosos os gestos, as ações e obras humanas ao ponto de podermos perceber que a fuga para onde convergem todos estes elementos é a da inatividade, “compreendida não como ócio ou inércia, mas como paradigma da operatividade humana na perspectiva de uma nova política que vem”. (AGAMBEN, 2013, p. 101-103). Então, para Agamben é a potência inoperosa quem decide o que de fato seja a vida humana, vida esta que não pode ser apartada de sua verdadeira constituição como forma-de-vida.

### *Considerações Finais*

Ao terminamos este texto reconhecemos que a genealogia teológica da economia e do governo que Agamben traça em seu livro *O reino e glóriano* âmbito de seu projeto *Homo Sacer* é um esforço prolixo e complexo e que contém uma coerência interna

valiosa. Estes estudos agambenianos sem dúvida merecem nova atenção de nossa parte em outro momento, pois aqui pretendemos apenas realizar uma aproximação introdutória. Tais estudos arqueo-genealógicos são interessantes e iluminadores para a leitura crítica de nosso tempo presente. Agamben consegue jogar luzes arqueo-genealógicas sobre as sombras do passado, pois estas nos ajudam a realizar a construção de um tipo de discurso que seja crítico em relação ao governo e cuidado da vida humana no presente em termos políticos.

Isto quer dizer que este discurso que tem a pretensão de ser crítico, tem as condições necessárias de examinar os atos de gestão da vida humana desde a genealogia de suas práticas. Aqui se faz necessário a criação de uma postura teórica crítica em relação ao governo da vida e da mesma forma a proposição séria de um tipo de ética do cuidado que privilegie a vida, para que se concretize na democracia o acesso digno de todas as pessoas no que diz respeito às instituições sociais e das práxis ligadas aos sujeitos em suas necessidades mais vitais. Enfim, Agamben desenvolve amplas pesquisas sobre a linguagem e a biopolítica, e ressalta que a vida preserva um teor essencial de inoperosidade. Os desdobramentos presentes na pesquisa genealógica de Agamben, que ainda está em curso, sem dúvida nos oportunizam condições abertas e reais de empreendermos novas investigações sobre a mesma. E isto nos instiga a aproveitarmos a possibilidade de cada vez mais examinarmos e elucidamos os pressupostos filosóficos agambeniano para que haja a construção de um tipo de discurso filosófico crítico diante das ações nocivas da economia e do governo biopolítico da vida humana.

No centro teórico da obra *O reino e a glória* Agamben infere que após extenso movimento indagativo arqueo-genealógico a respeito da glória e da glorificação, que o ponto de indiscernibilidade aproxima-se da tensão que há entre reino e governo, teologia e economia, em outras palavras, teologia política e teologia econômica, direito de Estado e dispositivos de segurança acabam por revelar a tênue linha de ligação que estes elementos preservam entre si. O que isto desvela é que estas são as múltiplas facetas de uma e mesma máquina governamental do poder. Agamben identifica na glória o segredo pontual do poder e questiona o seu vínculo que pode ser desfeito e que se copula ao governo e à *οικονομία*. A implicação resultante deste questionamento se traduz como o resultado de que a função das

aclamações e da glória no formato moderno da opinião pública e do consenso permanece presente no cerne dos dispositivos políticos das democracias contemporâneas do espetáculo.

Os meios de comunicação são fundamentais para o funcionamento das democracias modernas, esta importância não se restringe ao fato de estes meios legitimarem o controle e o governo da opinião pública, porém, o que se identifica é a razão de tais meios administrarem e dispensarem a glória o elemento aclamativo e doxológico do poder que na era moderna aparentava ter sido suprimido. Em oposição à ênfase inocente dada a produtividade, o consumo e ao trabalho, que por um longo período impediu à modernidade de ter acesso a política, como um espaço mais próprio de realização das potências imanentes a vida inoperosa do ser humano em sua potencial substancialidade. Neste sentido, a política se mostra nesta reflexão como que restituída à sua inoperosidade nuclear, isto é, como aquele tipo de operação onde se realiza a transmutação inoperante de todas as obras humanas e divinas para o espaço daquilo que ainda pode ser construído no limiar de uma diferença ôntica. A questão enfocada é a de que a partir desta categoria de inoperosidade, o que nos resta é entender que com esta proposta não se quer enfatizar e reificar qualquer tipo de ócio ou inércia parasitária, mas se objetiva a instauração de um novo paradigma da ação humana, que comporte a possibilidade de nos fazermos imersos num devir que problematize as questões da vida pelo viés da filosofia política que vem.

### **Referências**

- AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Estado de exceção. Homo sacer II*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Signaturarum. Sobre el método*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Homo sacer: O pode soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ARISTÓTELES. *Metafísica. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário: volume II: texto grego com tradução lado a lado*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência*. São Paulo: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. *O poder e a vida nua: uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben*. In: NEUTZLING, Inácio, e RUIZ, Castor Bartolomé. *O (des) governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Leira, 2010.

GILSON, Étienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GINGRICH. F. Wilbur e DANKER. W. Frederick. *Léxico do Novo Testamento Grego / Português*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1993.

LÚLIO, Raimundo. *Escritos Antiaveroístas (1309-1311)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

OLIVEIRA, Cláudio. *Agamben, um filósofo para o século 21*. In: CULT – Revista brasileira de cultura, São Paulo, ano 16, n 180, p. 25-27, 2013.

PASSOS, J. Décio. *Teologia e outros saberes: uma introdução ao pensamento teológico*. São Paulo: Paulinas, 2010.

REALE, Giovanni. *Metafísica. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário: volume III: Sumário e comentário*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIGO, José Rogério e JUNGES, Fábio César. *Biopolítica: reflexões a partir de Giorgio Agamben*. São Leopoldo, 2012. In: Anais do congresso internacional da Faculdades EST. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/view/28>. Acesso em: 24jun. 2015.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo*. Revista do Instituto Humanistas, UNISINOS, São Leopoldo, ed. 413, abr., 2013.

\_\_\_\_\_. *Giorgio Agamben, liturgia (e) política: por que o poder necessita da Glória?* Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 108, p. 185-213, jan/jun 2014. Disponível em:

<<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2014v108p185>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

SCISLESKI, C. C. Andrea. *Economizando a vida: breves notas sobre a genealogia da economia no pensamento de Giorgio Agamben*. Polis e Psique, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 169-177, 2012. Disponível em:

<[seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/35658/25711](http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/35658/25711)>. Acesso em: 23jun. 2015.

SORDI, Caetano. *Da secularização à profanação: Uma discussão a partir da genealogia teológica dos conceitos de governo e economia em Giorgio Agamben*. Porto Alegre, 2012a. In: Revista da graduação. Vol. 6, no.1, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/artic/e/view/13783>. Acesso em: 23 jun. 2015.

\_\_\_\_\_.Caetano. *Agamben, Giorgio. O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. In: Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 23, p. 247-254, Jan./Jun.2013b. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/33193/26008>.

Acesso em: 23 jun. 2015.

WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. Tradução: Antônio Steffen. São Paulo: 2ª edição. Ed. Loyola, 1983.

---

<sup>1</sup> A fonte das palavras citadas em grego utilizada aqui como referência bibliográfica é a do dicionário de língua grega e portuguesa supracitado nas referências acima.

<sup>2</sup> Tradução nossa.